

Alvo de 15 mil ações na Justiça, cobrança gerou R\$ 13 bilhões para concessionárias no ano passado. Senado e Câmara analisam propostas que isentam consumidor de pagar por serviço que não usa

Polêmica: a taxa básica de telefone deve ser extinta?

PÁGINAS 6 E 7

Senado homenageia o "presidente bossa-nova"

O legado do "presidente bossa-nova", que modernizou a economia brasileira com um ousado Plano de Metas, foi destacado quarta-feira no Senado. Sessão solene no Plenário homenageou Juscelino Kubitschek pela passagem de 102 anos de seu nascimento. "Ele é um exemplo a ser seguido num país

como o Brasil, que tem poucos líderes, e os poucos que tem não são bem conhecidos pela população", afirmou o autor do requerimento da homenagem, Paulo Octávio. O presidente do Senado, José Sarney, lembrou ter sido amigo de Juscelino nos momentos difíceis posteriores à cassação dos direitos políticos do ex-presidente.



Juscelino Kubitschek (E) com o seu vice-presidente, João Goulart, em 1956

PÁGINA 2

SIM E NÃO

É hora de transpor o Rio São Francisco? Patrícia Saboya e Heloísa Helena discutem o projeto do governo.

PÁGINA 9

ORDEM DO DIA

O acesso aos projetos que tramitam no Senado fica mais fácil com a implantação da ordem do dia eletrônica.

PÁGINA 2

RÁDIO

Propostas como a unificação das eleições em uma só data devem ser discutidas pela Rádio Senado.

PÁGINA 10

Apoio do BNDES à Argentina recebe críticas de Tourinho

Senador lembra que Brasil tem regiões que carecem de investimentos do banco e nunca são atendidas em suas reivindicações.

PÁGINA 4

Fundo para desenvolver regiões é alvo de disputa

Ciro Gomes pede a Sarney para mediar disputa com governadores em torno do fundo de desenvolvimento.

PÁGINA 3

Congresso exerce maior controle de obras públicas

Relatório sobre obras irregulares, elaborado pelo Tribunal de Contas da União, pode servir de base para suspensão de dotações orçamentárias.

PÁGINA 3

Projeto que define ato médico gera polêmica

Delimitar o campo de atuação dos profissionais de Medicina foi o que motivou o então senador Geraldo Althoff a apresentar, em 2002, o projeto que define o "ato médico". Dois anos depois, a proposta provoca grande polêmica no Senado, que realizará audiências sobre o assunto.

PÁGINA 5



Sarney recebe de Campelo relatório sobre obras irregulares

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 8

VOZ DO LEITOR

Página 8

FRASES

Página 8

CONHEÇA O SENADO

Página 11



Brasil deve realizar domingo a maior eleição informatizada do mundo

— cidadania

Quase 120 milhões votam neste domingo: esclareça suas dúvidas

Em 5.563 municípios, quase 120 milhões de brasileiros escolhem seus candidatos a 62.874 cargos eletivos. Os números envolvidos nesta eleição

municipal indicam o maior pleito informatizado do mundo. O *Especial Cidadania* esclarece as principais dúvidas sobre as eleições.

PÁGINA 12

Homenagem



22/09/04 - ROOSEVELT PINHEIRO

Manifestação no Plenário contou com a presença de pioneiros, amigos e colaboradores do ex-presidente

Senado exalta Juscelino, o homem que mudou o país

Os 102 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek foram lembrados pelo Senado em sessão solene no Plenário, realizada na última quarta-feira. A homenagem a JK contou com a participação de dezenas de amigos, colaboradores e pioneiros de Brasília, que estiveram presentes à sessão dirigida pelo senador José Sarney, presidente do Senado.

Autor do requerimento da sessão, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse que o objetivo da cerimônia era reverenciar um líder político que teve coragem e discernimento para mudar o Brasil. "Ele é um exemplo a ser seguido, num país como o Brasil, que tem poucos líderes, e os poucos que tem não são bem conhecidos pela população", ressaltou.

A administração JK, de acordo com o senador, ficou marcada por um cunho inovador e progressista. Ele destacou que, ao final do mandato de Juscelino na Presidência da República, o Brasil apresentou, pela primeira vez, um produto interno bruto (PIB) industrial maior que o PIB agrícola.

Segundo Paulo Octávio, o go-

verno JK assegurou importantes empreendimentos nos setores automobilístico, eletrodoméstico e siderúrgico. Em termos de infraestrutura, disse o parlamentar, construiu as hidrelétricas de Três Marias e Furnas, e as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, rompendo o isolamento histórico das regiões Centro-Oeste e Norte.

Antes de deixar a tribuna, Paulo Octávio chamou os bisnetos de JK – presentes à sessão, assim como a neta, Anna Christina Kubitschek – para entregar uma placa comemorativa ao pioneiro Ernesto Silva, que participou da construção de Brasília.

Sarney relembra amigo em horas difíceis

José Sarney lembrou ter sido um dos dois únicos deputados da bancada da antiga União Democrática Nacional (UDN) a ter votado a favor da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. O outro foi o goiano Emival Caiado.

Sarney disse ter sido amigo de JK "dos tempos de ostracismo" e contou ter conhecido o ex-presidente da República quando este já havia sido cassado pela ditadura militar.

Então governador do Maranhão, Sarney homenageou Juscelino com um banquete em São Luís, no qual o saudou como um grande homem, "em um momento em que a situação nacional não era fácil". Na ocasião, prosseguiu o presidente do Senado, Juscelino lamentou o fato de, em seu estado, ser recomendado a entrar no Palácio da Liberdade (sede do governo mineiro) pela porta dos fundos, enquanto, no Maranhão, seu adversário o recebia pela porta da frente para uma grande homenagem.

– Fui grande amigo nas horas difíceis – orgulhou-se Sarney.

O senador acrescentou ter guardado, "como grande homenagem para a vida que foi feita por Juscelino", uma "carta generosa" que ele lhe enviou de Diamantina.

– Só então conheci o grande coração, magnânimo, generoso, de um homem público extraordinário, um brasileiro que só tinha um objetivo, amar e trabalhar pela sua pátria, sem lugar para ódios ou ressentimentos, que só tinha lugar para ver o que era bom e o que o Brasil mais precisava e desejava, que é o seu progresso e sua felicidade – afirmou Sarney.

Presidente dos "50 anos em 5"

Vigésimo brasileiro a ocupar a Presidência da República, o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina no dia 12 de setembro de 1902. Neto pelo lado materno de um imigrante checo (daí o sobrenome), e órfão de pai aos três anos, ele foi criado pela mãe, Júlia, uma professora primária que lhe ensinou as primeiras letras e que o iria acompanhar durante boa parte da sua vida política.

Formado em Medicina no ano de 1927, Nonô, como era conhecido na intimidade, especializou-se em urologia em Paris. Em 1933 foi convidado por Benedito Valadares, então interventor de Minas Gerais, para ocupar a chefia da Casa Ci-

vil. A partir daí tem início a sua carreira política, que iria levá-lo à Câmara dos Deputados (1934 e 1946), à prefeitura de Belo Horizonte (1940), ao governo de Minas (1950) e, finalmente, à Presidência da República (1956), cargo que ocupou por cinco anos.

Nesse período ficou conhecido como o "presidente bossa-nova", pelo jeito bonachão e pela modernização que imprimiu à economia brasileira por meio do Plano de Metas, um ousado programa de industrialização do país. Com o slogan "50 anos em 5", o plano cobria setores básicos da economia, como energia, transporte e indústria de equipamentos (automobilística, naval e bens de capital). A meta-

síntese do plano seria a construção de Brasília, inaugurada em 1960. O plano acelerou o crescimento econômico do país, mas teve como efeito colateral o aumento da inflação e da dívida externa.

Após entregar o cargo, JK eleger-se senador por Goiás. Era esse o cargo que ocupava quando foi cassado pelo regime militar, em 1964. A partir de então não pôde voltar à vida pública, e chegou a passar uma temporada no exílio, entre Paris, Lisboa e Nova York. Até sua morte – em 22 de agosto de 1976, num desastre automobilístico quando viajava de São Paulo para o Rio de Janeiro –, tentou voltar à vida política, mas foi impedido pela ditadura militar.

Ordem do dia eletrônica facilita acesso a projetos

A partir de agora, qualquer cidadão pode ter acesso, via Internet, aos textos integrais dos projetos a serem votados no Plenário do Senado. Basta se conectar à página da instituição, escolher no menu principal à esquerda a opção Atividades Legislativas – Plenário, para o usuário ter acesso à ordem do dia eletrônica, ou seja, à versão digital da agenda de votações diárias do Plenário da Casa.

Com a digitalização da ordem do dia, o Senado também economizará diariamente grande quantidade de papel. Em dias de votações complexas, cada ordem do dia impressa pode chegar a ter centenas de páginas. Agora, durante as votações, os senadores acessarão as mesmas informações via computadores portáteis instalados nas bancadas do Plenário.

Entre os dados disponíveis na versão digital da ordem do dia, estão: nomes dos oradores inscritos para discursar na sessão; lista de matérias a serem examinadas com seus textos integrais e anexos, remissões a textos legais, pareceres e avulsos; agenda para as próximas sessões; projetos que aguardam emendas ou recursos; composição do Senado, além de informações sobre sessões solenes e especiais.

Usuários podem enviar sugestões

A medida aprofunda a política de transparência na qual o Senado vem investindo há alguns anos e que levou a Casa a ser uma das primeiras instituições públicas a manter página na Internet e a criar uma estrutura própria de comunicação social. A nova ordem do dia permite que o cidadão receba as mesmas informações a que têm acesso os parlamentares.

A ordem do dia eletrônica entrou no ar no último dia 20, em fase experimental. Os técnicos responsáveis pela inovação desejam receber sugestões dos usuários, via e-mail. O objetivo é submeter a ordem do dia à demanda para verificar, na prática, a performance do dispositivo. As informações constantes da ordem do dia eletrônica são geradas pela Secretaria Geral da Mesa e o projeto de criação do banco de dados está a cargo da Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

Integração de bancos de dados

Para viabilizar a versão eletrônica da ordem do dia, o Prodase integrou diversos sistemas e bancos de dados da Casa. A partir dos elementos colhidos, a pauta de votação chega aos computadores portáteis do Plenário por meio de uma rede sem fio. Com o novo sistema, a Secretaria Geral da Mesa tem a possibilidade, por exemplo, de oferecer aos parlamentares a agenda das próximas 30 ou mais sessões plenárias.

A ordem do dia eletrônica está baseada em banco de dados relacional da Oracle e a linguagem utilizada é o Active Server Pages (Asp), da Microsoft, o que integra o serviço à Intranet do Senado. O projeto foi também desenvolvido em XML (Extensible Markup Language), o que facilita o acesso e dá mais velocidade à pesquisa, uma vez que armazena dados nos próprios notebooks e PCs, deixando os servidores livres apenas para atualizações de dados.

Endereço da ordem do dia eletrônica: www.senado.gov.br ou direto em <http://www2.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/>. Sugestões pelo e-mail: OrdemDoDia@senado.gov.br

agendaagendaagenda

Plenário

Todas as sessões previstas para esta semana têm caráter não deliberativo. Sem a votação de propostas, elas se destinam aos discursos dos senadores, aos comunicados da Mesa diretora e à leitura de projetos. De segunda a quinta-feira, o Plenário inicia os trabalhos às 14h30. Na sexta, a sessão começa às 9h. As votações serão retomadas na próxima terça, dia 5 de outubro, quando o Senado

analisa os destaques apresentados à reforma do Judiciário, cujo texto básico foi aprovado em primeiro turno em julho deste ano. Entre as principais modificações da proposta estão o controle externo do Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça, e a súmula vinculante, que obriga os juízes de primeira instância a seguirem as posições adotadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

AUDIÊNCIAS Pedido para mediar disputa política e relatório sobre irregularidades em obras marcam a semana



Ciro quer uma solução negociada para resolver impasse com governadores

Desenvolvimento regional no centro de disputa política

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou, após receber o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que vai trabalhar pelo surgimento de uma solução negociada para a alocação de recursos destinados ao desenvolvimento regional, visando conciliar a posição dos governos estaduais com o federal.

– Temos que harmonizar as concepções diferentes e procurar um meio-termo, de modo a conjugar os projetos de longo prazo e os emergenciais – afirmou.

Sarney elogiou o ministro por inovar com “uma importante virada na visão dos problemas do Nordeste: uma visão de longo prazo, permitindo que eles sejam encarados na sua totalidade e não segmentadamente”, embora essa posição, disse, conflite com a dos governadores, que precisam de soluções para problemas imediatos.

O próprio Ciro Gomes reconheceu que “a motivação dos governadores é justa e correta”, e por isso veio pedir a ajuda do

senador.

– Vim buscar sua intermediação, sua atuação e seu prestígio para a tramitação da nova Sudam e da nova Sudene, e que nos ajude a encontrar uma fórmula justa para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Ele, com a estatura que possui, talvez seja a única pessoa que tenha condição de mediar as justas súplicas que colidem nesse assunto – disse.

Sarney informou que a polêmica que cerca os projetos de recriação da Sudene e da Sudam inviabiliza a votação de tais matérias ainda neste ano, mas ressaltou que existe “um anseio das bancadas daquelas regiões pela volta de ambas, que inexplicavelmente foram extintas”. O senador lembrou que participou da negociação que resultou num acordo segundo o qual os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional seriam aplicados pelos governos dos estados, e não pelas agências de desenvolvimento que sucederam a Sudene e a Sudam.

Quem vai aplicar os R\$ 2,6 bi do Fundo de Desenvolvimento?

A movimentação do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que veio ao Senado pedir apoio do presidente José Sarney, gira em torno de uma pergunta: quem vai aplicar os R\$ 2,6 bilhões que poderão ser destinados ao Fundo de Desenvolvimento Regional? O fundo ainda não existe, mas poderá se tornar realidade se for aprovada a reforma tributária que está na Câmara, depois de votada no fim de 2003 pelos senadores. O fundo será abastecido por 2% da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, tirados da fatia que pertence à União.

Durante as discussões no Senado, no ano passado, ficou decidido que o dinheiro do Fundo de Desenvolvimento Regional seria administrado pelos governos estaduais. Nos últimos meses, no entanto, o ministro Ciro Gomes passou a reivindicar que esses recursos sejam direcionados a projetos de desenvolvimento regional, e não estadual. Seria o caminho para a redução das desigualdades regionais. Mais: ele vem defendendo que uma parte do dinheiro seja gerida pelas novas

Sudene e Sudam – os projetos dos dois órgãos já passaram pela Câmara e estão no Senado.

Os governadores não concordam em perder a administração do novo fundo, que levaria recursos para incentivar o desenvolvimento estadual. Os governadores dos estados “exportadores”, que tendem a perder arrecadação de ICMS para os estados “importadores”,

Governadores não admitem perder a administração dos recursos do novo fundo

.....

têm mais motivos para discordar da reforma tributária. Dificilmente eles sairão ganhando, mesmo que recebam verbas do novo fundo, porque o dinheiro seria distribuído de maneira a beneficiar os estados mais pobres. Por isso, quase nove meses depois de aprovadas pelo Senado, as mudanças tributárias ainda não foram votadas pela Câmara.

No esforço concentrado do Congresso Nacional, programado para logo após as eleições, a comissão especial que examina a reforma tributária na Câmara dos Deputados decidiu que faltarão o projeto, levando adiante agora apenas a parte da mudança no ICMS e a criação Fundo de Desenvolvimento Regional.

Obras públicas passam a ter maior vigilância

Em consequência dos resultados da Comissão Temporária de Obras Inacabadas, de 1997, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) passou a incluir dispositivo que determina a identificação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), das obras com irregularidades graves, a fim de evitar o grande desperdício de recursos públicos observado nas diligências feitas pelos senadores. Assim, o TCU passou a elaborar relatórios anuais, com auditorias sobre as principais obras públicas do país, para que o Congresso tenha elementos para votar o Orçamento.

O presidente do TCU, ministro Valmir Campelo, destacou o trabalho conjunto realizado pelo Legislativo e pelo TCU na fiscalização de obras públicas.

– O apoio do Parlamento para o sucesso das novas práticas de controle tem sido efetivo para a aprovação de leis que regulamentam a matéria orçamentária. Não tenho dúvida de que a paralisação temporária de obras determinada pelo controle externo é a maior garantia à sociedade de que, após a adoção das medidas corretivas, a obra terá todas as condições para a sua conclusão – afirmou Campelo em audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) em 2003.

Em muitos casos, alertou o senador César Borges (PFL-BA),



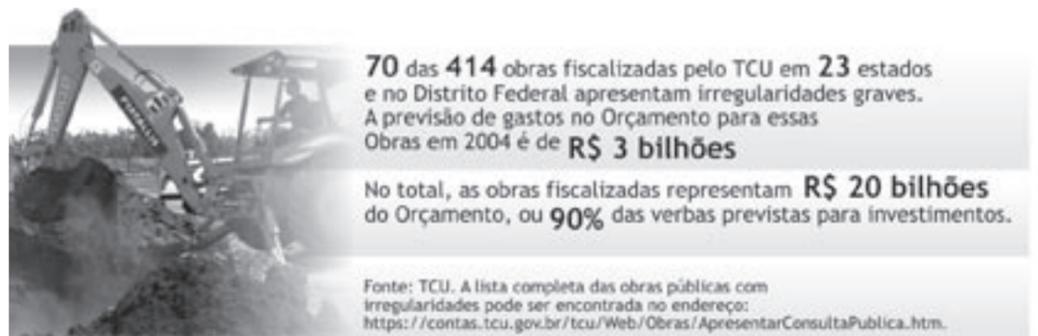
Presidente do TCU, Valmir Campelo entrega ao presidente José Sarney relatório das obras consideradas irregulares

obras com pequenos problemas técnicos são incluídas na listagem e adversários políticos dos administradores exploram esse fato sem especificar a irregularidade detectada.

Campelo afirmou que na listagem estão abarcadas tanto as obras que têm problemas de superfaturamento quanto aquelas que apresentam apenas peque-

nos enganos nas licitações.

Depois dessa audiência, para ampliar o acompanhamento das obras públicas pelo Senado, a CFC, presidida por Ney Suassuna (PMDB-PB), criou a Subcomissão Permanente de Obras Inacabadas, que tem como presidente o senador Efraim Morais (PFL-PB) e como relator o senador Delcídio Amaral (PT-MS).



Se problemas persistirem, verbas podem ser cortadas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode ampliar até o final da votação do Orçamento de 2005 a lista de obras com graves irregularidades entregue pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo, ao presidente do Congresso, senador José Sarney. Isso porque o Comitê de Obras Irregulares da CMO vai continuar a receber informações atualizadas do TCU, que trazem fatos novos sobre as obras e seus respectivos contratos.

Depois de analisar os dados, como forma de subsidiar o



Efraim Morais, presidente da Subcomissão de Obras da CFC

trabalho do relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o comitê apresenta um quadro com as obras públicas que apresentam irregularidades graves e que terão o repasse de recursos suspenso em 2005. Aprovado pelo Congresso, o quadro das obras com irregularidades graves se transforma em um anexo da Lei Orçamentária.



Suassuna preside Comissão de Fiscalização e Controle

A partir daí, uma obra só sai dessa lista quando a CMO receber novos dados do TCU que deem conta de que as irregularidades foram sanadas.

O relatório do TCU entregue ao Congresso Nacional identifica 70 obras com participação federal que não devem receber os recursos previstos no Orçamento de 2005.

Sarney elogia participação de Lula nos debates na ONU

O presidente do Senado, José Sarney, fez uma avaliação positiva sobre a política externa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que participou dos debates da Assembléia Geral da

Organização das Nações Unidas. – O presidente Lula conseguiu abrir para o Brasil um espaço extraordinário na área internacional. Hoje, o Brasil tem uma bandeira, que é a do combate à fome. Ele tem

ocupado os espaços internacionais, de modo que o Brasil tem hoje uma presença muito importante no exterior. Isso revigorou a ação externa do nosso país – afirmou José Sarney.

PLENÁRIO

Tourinho condena apoio do BNDES à Argentina

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), em entrevista à Agência Senado, condenou a intenção do governo de conceder financiamento às exportações argentinas para o Brasil por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste reivindicam maior apoio do BNDES e nunca foram atendidas. O banco não tem tantos recursos assim, que permitam tamanho favorecimento à Argentina – afirmou.

O senador acrescentou que, até agora, o Mercosul trouxe be-

nefícios apenas à Região Sul.

– As demais regiões nem sabem o que significa Mercosul. Se não tiveram nenhuma vantagem, não podem arcar com um prejuízo assim – observou ele.

Tourinho condenou a "obsessão brasileira" pela reindustrialização da Argentina, expressa na frase do chanceler Celso Amorim, de que "não pode haver uma geladeira brasileira e uma argentina, mas sim uma geladeira do Mercosul".

– A prioridade tem que ser o desenvolvimento harmonioso do Brasil, das regiões mais pobres – disse o senador, que considera os incentivos fiscais da

Regiões brasileiras menos favorecidas reivindicam mais recursos do banco e não são atendidas, afirma Tourinho

Zona Franca de Manaus um "assunto interno", que não pode entrar nas negociações com a Argentina.

O parlamentar criticou ainda o acirramento da disputa fiscal entre estados brasileiros, agravada, segundo explicou, porque a reforma tributária parou na Câmara dos Deputados.



ROOSEVELT PINHEIRO

Azeredo vê perspectiva de avanço no Mercosul

A criação de uma taxa simbólica sobre as transações comerciais dos países do Mercosul – proposta pelo ex-presidente da Argentina Eduardo Duhalde – pode ser um bom começo para a solução dos problemas de relacionamento entre os países do bloco. A opinião é do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que ressaltou sua preocupação com o aumento dos problemas comerciais entre Brasil e Argentina.

No dia 20 de dezembro, registrou Azeredo, deverá acontecer, em Ouro Preto, reunião dos presidentes das nações do Mercosul. Para o senador, o encontro poderá ser tão importante quanto o que formalizou a criação do bloco.

Desarmamento: Renan diz que prioridade agora é o referendo

Os portes de armas de fogo em poder de cidadãos comuns no Brasil perderam sua validade na semana passada, de acordo com o que estabelece o Estatuto do Desarmamento aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente da República em 22 de dezembro de 2003. Um dos relatores do estatuto, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que a prioridade agora é a aprovação, na Câmara, do projeto de resolução que trata da realização de um referendo sobre a proibição ou não do comércio de armas de fogo no país. Ele lembrou que a proibição já está prevista na lei, mas depende de decisão da população. O referendo deve acontecer no primeiro domingo de outubro de 2005.

Pelo estatuto, o porte de armas está restrito a algumas categorias, como os integrantes das Forças Armadas, as guardas municipais das capitais e de municípios com mais de 250 mil habitantes, membros da Abin e da segurança da Presidência da República, entre outras.

Raupp pede novas cidades

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu que os estados voltem a ter poder de criação de municípios. Segundo informou, há distritos em Rondônia com até 15 mil habitantes, mas com pouca chance de se transformarem em cidades.

O senador também pediu a recuperação das rodovias de Rondônia antes do período de chuvas.



ROOSEVELT PINHEIRO

Raupp fez críticas ao Incra, por não ter assentado nenhuma família em seu estado, e ao Ibama, por promover "terrorismo fiscal".

Paim quer centro de gemas e jóias no RS

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a implantação de um centro tecnológico de gemas e jóias no Rio Grande do Sul. Ele disse que a decisão sobre onde instalar o centro é do Ministério da Ciência e Tecnologia, que já atua no estado, no projeto Arranjo Produtivo Local de Gemas e Jóias.

– O Rio Grande do Sul está entre os maiores produtores mundiais de ágata e ametista, demonstrando vocação para o setor de lapidação e confecção de jóias – afirmou ele.

Lúcia Vânia apóia agentes de saúde

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a aprovação da proposta que permite a contratação de agentes de saúde por processo seletivo público, "uma forma de concurso específica para esse caso" (PEC 07/03). A proposta, observou, já foi aprovada pela Comissão de Justiça da Câmara e deverá ser votada pelo Plenário daquela Casa ainda este ano.

Lúcia Vânia informou que, dos 180.106 agentes comunitários que atuam no país, 45% têm contratos temporários.

Suassuna: petróleo sem verba

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou preocupação com a política de petróleo no Brasil, por entender que não está havendo suficiente prospecção, com a finalidade de aumentar as reservas do país. Ele afirmou que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) não está recebendo os recursos que lhe são destinados por lei.

– Nos últimos três anos, a agência deveria ter recebido R\$ 6 bilhões para atividades de prospecção e pesquisa, no entanto obteve apenas R\$ 6 milhões – disse. Suassuna informou que, logo após as eleições, vai apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) requerimentos de audiência pública com autoridades do setor.

Críticas

Virgílio: índices são transitórios

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pediu a inclusão, nos Anais do Senado, de artigo do líder do PFL, José Agripino (RN), publicado no último dia 7, no jornal *O Globo*, que trata das pesquisas de opinião sobre o presidente Lula. Para os dois senadores, os resultados positivos dos levantamentos não atestam que o governo esteja obtendo êxito. Para Virgílio, os bons



ROOSEVELT PINHEIRO

índices econômicos são transitórios, já que, afirmou, o parque industrial opera com capacidade máxima e o Brasil carece de investimentos.

Heloísa: superávits afastam investimentos

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o governo por estabelecer superávits alimentados pela ausência dos investimentos em infra-estrutura e em setores como saúde, saneamento, moradia e educação. Para a parlamentar, "a ausência de investimentos existe pela economia dos gastos públicos para encher a pança dos banqueiros". Heloísa Helena também destacou o falecimento do socialista italiano Lívio Maitan, no último dia 16, aos 81 anos. A senadora lembrou o papel de Maitan na formação de dirigentes da esquerda italiana e na árdua batalha contra o sectarismo do movimento trotskista.

Lobão contra o corte de verbas

O senador Edison Lobão (PFL-MA) protestou contra a redução dos recursos orçamentários para investimento em infra-estrutura no Maranhão, em 2005. Ele classificou a medida como "descaso e irresponsabilidade" do governo federal para com o estado e pregou a união da bancada nordestina contra o corte. – Eu exijo um tratamento à altura do nosso



JOSÉ CRUZ

merecimento – declarou. Lobão lembrou que seu estado registra um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e que tem grandes necessidades de infra-estrutura.

DISPUTA Profissionais que atuam em equipes multidisciplinares questionam substitutivo que define atribuição dos médicos

Lei do Ato Médico enfrenta resistências

A Comissão em Defesa do Ato Médico vai sugerir aos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que o projeto que define as atribuições do médico (PLS 25/02) seja modificado para deixar de forma clara que “o objetivo da proposta não fere as leis que regem 14 profissões da área de saúde”. A comissão, integrada por representantes da Associação Médica Brasileira e da Federação Nacional dos Médicos, quer buscar um acordo que viabilize a aprovação do projeto, que já passou pela CCJ e está agora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O representante do Conselho

Nacional de Medicina na comissão, Alceu Pimentel, afirmou que, em outubro, os médicos devem procurar os senadores.

– É preciso explicar para a sociedade que a proposta não tem caráter corporativo em relação à classe médica e não fere o espírito das equipes de saúde previstas no Sistema Único de Saúde (SUS) – ressaltou Pimentel.

O substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC), centro da polêmica entre médicos e representantes de outras áreas de saúde, como psicólogos, fonoaudiólogos e nutricionistas, foi aprovado em junho na CCJ. De acordo com o relatório, “são privativas de médicos as funções de coordenação,

chefia, direção técnica, perícia, auditoria e supervisão de ensino vinculadas à profissão”.

Ainda segundo o substitutivo, é atribuição do médico “promover a saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças e reabilitação dos doentes”.

Viana defende direito a lei normatizadora

Quando o relatório foi aprovado, Tião Viana reconheceu que o tema era “controverso”, mas pediu que o exame do mérito da proposta fosse feito na CAS, que, para ele, deve promover três audiências sobre o assunto. Em defesa das regras estabelecidas no substitutivo, Tião Viana disse



15/09/04 - BRUNO SPADA/ABR

Fonoaudiólogos, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas e outras categorias da saúde fazem manifestação contra o projeto

que existe hoje “um vácuo legal” no país envolvendo as profissões da área de saúde e que, diante da questão interdisciplinar, estaria havendo disputas de mercado.

– Não parece justo que médicos não tenham o direito a uma lei normatizadora de suas atividades – defendeu o senador.

Os profissionais que atuam em equipes multidisciplinares de saúde questionam as justificativas. No dia 15 de setembro eles estiveram reunidos com a presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), e pediram mais tempo para discutir a matéria.

Matéria tramita no Senado há dois anos

O projeto de lei que regulamenta o ato médico foi apresentado em 2002 pelo então senador Geraldo Althoff (SC) com o objetivo de definir o campo de atuação dos profissionais de Medicina. Um outro projeto (PL 268/02), do então senador Benício Sam-
paio, também dispõe sobre o exercício da Medicina e passou a ser conhecido como “Projeto da Lei do Médico”. Esse projeto foi apensado à proposta de Geraldo Althoff.

O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), apresentou na CCJ parecer que se baseou nas propostas contidas no PL 25/02. Em sua justificação, o senador explica que o texto da Lei do Médico “não define o que é ato médico e, sim, o que são as atividades privativas do



JOSE CRUZ

Substitutivo de Tião Viana, que define funções privativas dos médicos, foi aprovado na Comissão de Justiça

médico”. O relator propôs a rejeição da matéria (Lei do Médico), o que acabou ocorrendo em junho, quando a CCJ aprovou o seu relatório.

O substitutivo estabelece no artigo 1º, inciso I, que o médico “desenvolverá suas ações no campo da atenção à saúde humana para a promoção da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento

das doenças e a reabilitação dos enfermos”.

O artigo 2º diz que compete ao Conselho Federal de Medicina definir, por meio de resolução, os procedimentos médicos experimentais, os aceitos e os vedados, para utilização pelos médicos. O artigo 3º trata das funções privativas do médico: “chefia, direção técnica, perícia, auditoria, supervisão e ensino vinculadas a procedimentos médicos”.

O parágrafo único do substitutivo estabelece, ainda, que “a direção administrativa dos serviços de saúde e as funções de direção que não exijam formação médica não constituem funções privativas de médico”. As infrações à lei, de acordo com o texto, configuram “crime de exercício ilegal da Medicina”.

O representante da Comissão em Defesa do Ato Médico, Alceu Pimentel, afirma que a proposta foi definida após inúmeros debates com a sociedade.

– Não aceitamos interpretações como a de que os médicos querem garantir reserva de mercado, o que não é verdade – salientou Pimentel.

Profissionais da área da saúde rejeitam proposta

Os conselhos federais de 11 áreas da saúde – Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e de Técnicos em Radiologia – manifestaram-se contrários ao projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em documento, os colegiados afirmam que a proposta de regulamentação do Ato Médico “representa um imenso retrocesso no campo do conhecimento e das práticas em saúde”.

Para eles, o PL 25/02 “rompe com os conceitos de saúde preconizados pela Organização Mundial da Saúde, ofende os princípios básicos do Sistema Único de Saúde, impede o direito de livre escolha dos usuários a um profissional de

saúde, cerceando o direito da população a outros conhecimentos e procedimentos consolidados no país em relação à saúde. Também inviabiliza diversos projetos de saúde pública, como o Programa da Família, Casas de Parto e Segurança Alimentar”.

A presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFF), Maria Thereza Rezende, assinala que os profissionais da área de saúde “não são contra a regulamentação do exercício da Medicina”, mas esse processo deve ser feito sem “engessar” os demais profissionais.

– Na verdade, as profissões da área de saúde, em sua maioria, já foram regulamentadas e os espaços de atuação estão bem delimitados – observou a presidente do CFF.



JANE ARAÚJO

Limite de tempo na prisão pode subir para 40 anos

Para tornar mais efetiva a punição dos criminosos que cometem vários delitos, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou projeto de lei que visa aumentar de 30 para 40 anos o limite máximo do cumprimento das penas privativas de liberdade. A proposta do senador goiano altera o artigo 75 do Código Penal.

Segurança para usuário de caixas eletrônicos

O crescimento da violência nos centros urbanos levou o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a apresentar projeto visando dar segurança aos usuários de caixas eletrônicas (PLS 265/04). A matéria será submetida ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Projetos

Restrição às apelações que atrasam processo

Projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) determina que os pontos pacificados pelo juiz na sentença não poderão ser objetos de apelação, que ficaria limitada às controvérsias ou às questões que não foram julgadas por inteiro (PLS 266/04). Assim, justifica o senador, as apelações não servirão mais de instrumento para retardar os processos.

Cadastro sobre os bons pagadores

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de proteção ao crédito, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto que inclui nesses bancos de dados informações sobre os bons pagadores (PLS 263/04). A mudança, diz o senador, vai contribuir para aumentar a segurança na concessão do crédito e reduzir as taxas de juros cobradas no mercado.

Nova composição para o CMN

Proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) altera a composição do Conselho Monetário Nacional (CMN) para incluir os ministros da Agricultura, do Desenvolvimento, da Previdência e do Trabalho. Também participariam do colegiado os presidentes do Banco do Brasil, da Caixa

Econômica Federal, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Responsável pelas políticas monetária, cambial e creditícia, o conselho é composto pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, e pelo presidente do Banco Central.

Infra-estrutura básica nas vias urbanas

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) propôs que as vias urbanas só podem ser pavimentadas após a implantação de redes de infra-estrutura básica, ou seja, sistemas de escoamento de águas pluviais, iluminação pública e redes de esgoto sanitário, de abastecimento de água potável e de energia elétrica (PLS 264/04). O projeto vai ser analisado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.



TARIFA BÁSICA Um projeto no Senado e oito na Câmara defendem a extinção da assinatura mensal telefônica

Congresso pode mudar regra da telefonia

O Congresso Nacional entrou na polêmica em torno do fim da assinatura básica mensal cobrada pelas empresas de telefonia no país, que graças a ela arrecadaram R\$ 13 bilhões somente no ano passado.

Apontada como "ilegal" por entidades de defesa do consumidor, mas considerada "essencial" para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do setor pelas próprias concessionárias, a tarifa é alvo de milhares de ações judiciais e também de iniciativas legislativas.

Na mais recente delas, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) do Senado aprovou parecer favorável ao PLS 91/04, que veda a cobrança – cujo valor médio hoje fica entre R\$ 33 e R\$ 40 – pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel. Enviada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a proposta será relatada pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). A idéia do projeto foi apresentada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (Acocci), distrito de Governador Valadares (MG), e é a primeira aprovada este ano pela CLP,

criada em 2003, que recebe propostas legislativas diretamente das entidades organizadas da sociedade.

Pela proposta, as empresas somente poderão cobrar a tarifa correspondente ao que foi efetivamente consumido pelo usuário. O relator da matéria na comissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), considerou que a medida irá ajudar a manter o acesso dos usuários de baixa renda aos serviços. Ele lembra que um grande número de consumidores ficam inadimplentes por não conseguirem pagar as contas telefônicas.

– A assinatura básica é cobrada do consumidor quer ele use ou não o serviço. Esperamos contribuir para manter o acesso de usuários de baixa renda aos serviços – ressalta Sérgio Cabral.

Oito projetos na Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados, sete projetos pedindo a suspensão da assinatura básica tramitam apensados ao PL 5476/01, do deputado Marcelo Teixeira (PMDB-CE), que propõe mudanças na Lei Geral de Telecomunicações. A pro-



Delcídio Amaral será o relator do projeto na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura



Para Sérgio Cabral, medida ajuda acesso da população de baixa renda aos serviços

posta já foi aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Extinguir a assinatura básica pode repercutir nas finanças públicas, já que, segundo a Associação Brasileira de Prestadores de Serviço Fixo Comutado (Abrafix), os estados arrecadam mensalmente R\$ 420 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativo à cobrança da assinatura básica, que representa,

como admitem as próprias empresas, 40% da sua receita mensal. As concessionárias alegam também que 30% dos assinantes só pagam o mínimo e dão prejuízo.

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), de São Paulo, aponta crescimento nos valores da assinatura básica 11% acima dos demais serviços cobrados pelas telefônicas. Desde 1995, o valor teria sofrido um reajuste de 4.000%.



Pedro Jaime Ziller, presidente da Anatel: "O Brasil tem leis e precisa cumpri-las"

Anatel diz que medida seria "injustiça social"

Apesar do apoio generalizado das entidades de defesa do consumidor, propostas para extinguir a assinatura básica não reúnem unanimidade entre os órgãos diretamente envolvidos com a questão. O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Pedro Jaime Ziller de Araújo, acha que o fim da tarifa seria uma "injustiça social", pois colocaria em risco a meta de assegurar a todos os brasileiros o acesso aos serviços telefônicos.

Para o presidente da Anatel, o fim da cobrança da assinatura mensal nas contas de telefone fixo seria uma "injustiça social".

– Por que alguém poderia ter um telefone em casa sem pagar por ele em detrimento da maioria dos cidadãos, que seriam penalizados com o aumento no preço da telefonia pública? – questiona Ziller, para quem a questão merece uma análise mais criteriosa de todo o contexto da telefo-

nia fixa no Brasil.

Ano que vem, o momento de negociar

Ziller lembra que, antes da privatização do setor, o país tinha uma estrutura tarifária diferente (o usuário pagava caro para ter um telefone em casa, mas a assinatura básica e a tarifa eram bastante baixas). Com a privatização, o usuário não precisa mais comprar a linha telefônica, pagando apenas uma taxa pelo serviço de habilitação.

Ele acredita que o momento para mudar os termos do acordo entre as partes deverá acontecer no ano que vem, quando começam a ser negociados os novos contratos com as concessionárias, que entrarão em vigor no final de 2008.

– O Brasil tem leis e precisa cumpri-las. A extinção da assinatura básica seria uma quebra unilateral de contrato, o que põe em risco a nossa democracia – advertiu o presidente da Anatel.



MUITO DINHEIRO EM JOGO

As empresas de telefonia fixa local arrecadaram **R\$ 13 bilhões** com a cobrança da assinatura em 2003

As concessionárias afirmam que **30%** dos assinantes só pagam o mínimo e dão prejuízo

A arrecadação mensal é de cerca de **R\$ 1,3 bilhão**

Nos últimos cinco anos, a assinatura básica subiu **11%** acima de todos os outros serviços das teles

Os estados recolhem mensalmente **R\$ 420 milhões** em ICMS sobre a cobrança da assinatura básica

Desde 1995, o valor da cobrança sofreu um reajuste de **4.000%**

A cobrança da assinatura representa **40%** da receita das empresas de telefonia

Existem cerca de **15 mil** ações judiciais contra a cobrança

TARIFA BÁSICA Empresas temem inviabilização econômica do setor. Consumidores querem suspender a cobrança

Nos tribunais, 15 mil ações contra a taxa

Entidade que reúne as cinco concessionárias do setor, a Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado afirma que o fim da assinatura básica coloca em risco a viabilidade econômica dos serviços. Na Justiça,

Abrafix responsabiliza modelo pelo valor da assinatura básica

O presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), Carlos de Paiva Lopes, advertiu que o fim da cobrança da assinatura básica inviabilizará a exploração econômica dos serviços, desequilibrando os contratos de concessão. Ele argumenta que grande parte dos custos das empresas de telefonia é coberta pela receita obtida com a assinatura básica e que vários outros prestadores de serviços, como os de energia e televisão por assinatura, também cobram tarifa básica.

– Uma medida que aparentemente favorece os consumidores no primeiro momento, com certeza vai manifestar-se contra seus interesses a seguir, pois a disponibilidade de comunicação que hoje é dada como certa não mais poderá ser garantida – previu o presidente da Abrafix,

que reúne as cinco empresas do setor.

A associação admite que “as pessoas podem questionar, mas têm de fazê-lo com informações corretas”, e assegura que a cobrança está prevista no Código de Defesa do Consumidor. Os altos valores – R\$ 30 em média – são atribuídos ao modelo de custo de remuneração e às metas de universalização traçadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pelo governo.

– Os usuários precisam entender que a culpa pelo alto valor da assinatura básica não é das teles – disse José Fernandes Pauletti, presidente-executivo da Abrafix.

Com a revisão da legislação, tornando possível reduzir as metas de universalização dos serviços, as concessionárias poderiam pensar em redução da assinatura básica nos próximos dois anos, admite Pauletti.

Mudança pode afetar a oferta de serviço telefônico no futuro, diz associação

Serviço representa 40% da receita das concessionárias

O presidente-executivo da Abrafix, José Fernandes Pauletti, aponta que a telefonia fornece ao usuário diversas alternativas. “As pessoas podem utilizar o modelo fixo, móvel, ou os orelhões. Quem quiser o conforto e a comodidade de ter um aparelho de telefone em casa tem de pagar a tarifa e a assinatura básica”, reforça o executivo. Além disso, ele culpa os altos impostos, interconexão nas ligações entre fixos e móveis, entre outros, pelos altos valores cobrados aos assinantes.

Estudos distribuídos pela Abrafix revelam que, em 2003, apenas cerca de 50% dos usuários tinham uma conta mensal líquida de impostos superior ao custo médio de R\$ 45 da assinatura básica, portanto, rentáveis para a operadora de telefonia. A outra metade era deficitária, mas a conces-

sionária é obrigada a atender os usuários de menor renda ou não rentáveis, em razão da política de universalização instituída pelo modelo brasileiro de telecomunicações. Ou seja, a rentabilidade de uns subsidia o déficit provocado por outros.

A cobrança da assinatura mensal representa cerca de 40% da receita das concessionárias. Se fosse extinta, alega a Abrafix, seria necessário um aumento de 150% nas tarifas de pulsos para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Quem usa mais o telefone teria contas muito mais elevadas.

A Abrafix afirma que a tarifa de assinatura mensal garante a manutenção gratuita da rede externa, a instalação da linha telefônica em até 14 dias, em localidades com mais de 600 habitantes, e a reserva de telefones para atender à demanda.

“Quem quer o conforto de telefone em casa tem de pagar a assinatura”

tramitam 15 mil ações pedindo a extinção, entre elas ação movida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que pede a suspensão da cobrança e a devolução dos valores pagos pelos consumidores.

Idec pede devolução em dobro do que foi pago pelos usuários

Alvo de propostas contrárias à cobrança em diversos estados – na mais recente, a Câmara Legislativa do DF aprovou lei prevendo a sua extinção –, a assinatura básica mensal de telefonia fixa enfrenta também uma batalha judicial respeitável. Conforme levantamento citado durante encontro realizado em São Paulo no mês passado, com a presença de especialistas em telecomunicações, advogados e representantes das empresas, existem hoje tramitando cerca de 15 mil processos de consumidores e entidades defendendo o fim da assinatura mensal.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), por exemplo, entrou com ação civil pública, na Justiça Federal de São Paulo, contra a cobrança autorizada pela Anatel. O Idec pede, na ação, a imediata suspensão da cobrança “considerada ilegal” e a devolução, em dobro, dos valores já pagos pelos consumidores de todo o país.

Segundo o instituto, a telefonia é serviço público, e as próprias empresas concessionárias alegariam que a assinatura de telefone nada mais é do que a cobrança pela disponibilização ao consumidor do serviço.

Site reúne consumidores descontentes com os serviços das telefônicas

Além da ação judicial, o Idec defende a aprovação do projeto que extingue a assinatura básica que tramita na Câmara dos Deputados e realiza campanha de mobilização dos consumidores contra a cobrança. No site do instituto (www.idec.org.br), qualquer consumidor pode manifestar seu descontentamento e pedir a votação da proposta enviando e-mails aos parlamentares. Segundo a assessoria de imprensa do Idec, mais de 4 mil mensagens eletrônicas já haviam sido enviadas por meio do site até a semana passada.

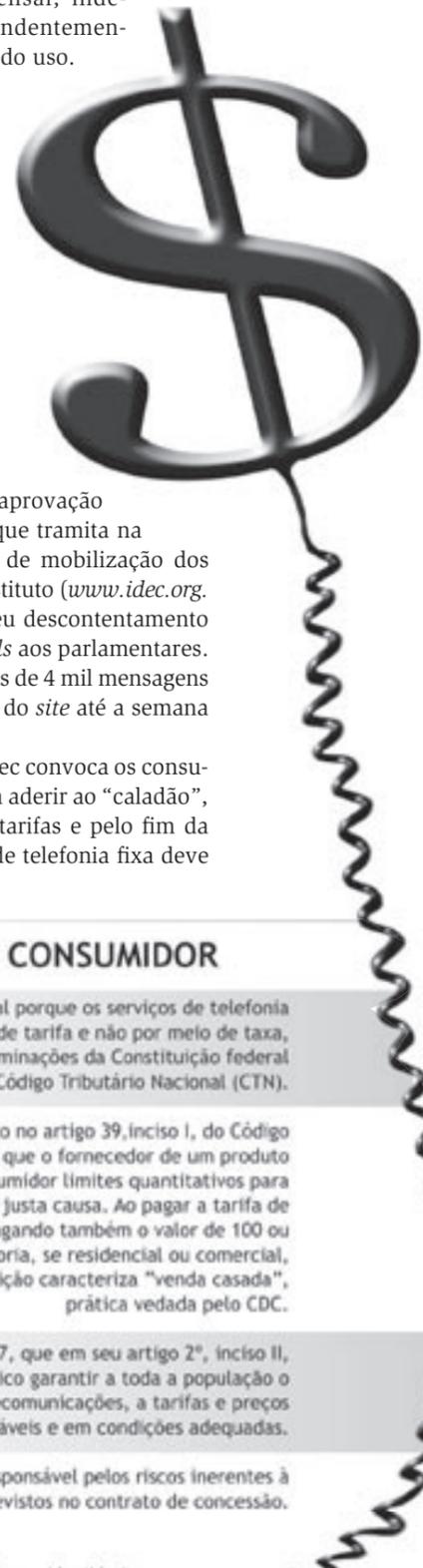
Em outra campanha junto aos usuários, o Idec convoca os consumidores às quintas-feiras, das 12h às 13h, para aderir ao “caladão”, um boicote contra o “reajuste abusivo” das tarifas e pelo fim da assinatura básica. Para participar, o usuário de telefonia fixa deve deixar o aparelho fora do gancho.

Em sua argumentação, o Idec cita o artigo 45 da Constituição federal, em que está expresso que a disponibilização de serviço público somente poderá ser cobrada se o prestador for o próprio Poder Público.

Marcos Diegues (foto), advogado do Idec, explica que se discute também a questão da franquia de pulsos (100 para consumidores residenciais, 90 pulsos para não-residenciais) embutida na assinatura de telefone.

– O consumidor é obrigado a consumir ou pagar por eles. Tal prática é abusiva, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor,

por impor uma cota mínima de consumo para disponibilizar o serviço. Não se pode obrigar o consumidor a pagar um valor fixo mensal, independentemente do uso.



PRINCIPAIS ALEGAÇÕES DAS OPERADORAS

A assinatura mensal não é uma taxa, mas, sim, uma tarifa prevista no sistema legal e regulatório do setor de telecomunicações brasileiro;

A tarifa é cobrada em todos os países do mundo, com raríssimas exceções.

A estrutura de custos do setor exige, para sua viabilidade econômico-financeira, a cobrança de uma tarifa fixa mensal.

A eliminação da tarifa mensal inviabilizaria, em médio prazo, a universalização do serviço de telefonia fixa.

Algumas operadoras somente oferecem serviços sem assinatura mensal porque não têm obrigações de universalização, como acontece no caso das concessionárias do sistema de telefonia fixa comutada.

Outros serviços que demandam pesados investimentos em infraestrutura, como gás, água e eletricidade, também têm uma cobrança mínima mensal.

A carga tributária no Brasil para serviços de comunicação é uma das mais altas do mundo.

Fonte: Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix)

O QUE PENSA O CONSUMIDOR

A cobrança de assinatura fixa é ilegal porque os serviços de telefonia fixa são remunerados por meio de tarifa e não por meio de taxa, ferindo de forma clara as determinações da Constituição federal (artigo 145, inciso II) e do Código Tributário Nacional (CTN).

A cobrança também afronta o disposto no artigo 39, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, que proíbe que o fornecedor de um produto ou serviço imponha ao consumidor limites quantitativos para aquisição do produto ou serviço, sem justa causa. Ao pagar a tarifa de assinatura fixa, o consumidor está pagando também o valor de 100 ou 90 pulsos (dependendo de sua categoria, se residencial ou comercial, respectivamente). Essa imposição caracteriza “venda casada”, prática vedada pelo CDC.

Há também afronta à Lei 9.472/97, que em seu artigo 2º, inciso II, determina ser dever do poder público garantir a toda a população o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis e em condições adequadas.

O consumidor não pode ser o responsável pelos riscos inerentes à atividade, riscos estes já previstos no contrato de concessão.

Fonte: Instituto de Defesa do Consumidor (Idec)



Voz do Leitor

PLANOS DE SAÚDE

“O que o Senado Federal pode fazer em relação aos médicos que estão boicotando os planos de saúde, tendo em vista que quem mais está sofrendo é o cidadão, que precisa pagar pelas consultas e esperar pelo ressarcimento, que acaba sendo menor do que o valor pago pela consulta?”

Patrícia Fernandes Rocha,
de Divinópolis (MG)

SENADO FEDERAL

“Venho em meu nome e em nome de todos os brasileiros parabenizar o Senado Federal pelo **Jornal do Senado** e pelos demais meios de comunicação disponibilizados por essa Casa, que informam e conscientizam os cidadãos brasileiros sobre seus direitos e deveres. Povo consciente, mais do que massa, é construtor de uma grande nação.”

Juliano de Oliveira, de Custódia (PE)

INTERNET

“Senhores senadores, sugiro, como medida de popularização da Internet, que seja criado um número 0800 para o acesso discado. As pequenas cidades do interior brasileiro, como no meu caso, não têm provedor de acesso. A conexão é feita via telefone, o que torna quase impossível a navegação devido ao preço dos interurbanos.”

Jorge Luiz Teixeira,
de Mimoso de Goiás (GO)

PRESÍDIOS

“Em virtude dos vários conflitos nos presídios, os quais estão causando grandes despesas para os estados, sugiro a criação de presídios flutuantes na linha das 200 milhas, transferindo todos os presos para essa linha, em navios, a cargo da futura guarda costeira.”

Luiz Carlos da Conceição,
de São João de Meriti (RJ)

NÚMERO DE VEREADORES

“Senador Paulo Paim, estou de acordo com a redução do número de vereadores em todo o país, porque esses políticos estão preocupados pelo atrativo do

salário e pelo pouco que têm que fazer. Nas cidades pequenas, eles só comparecem uma vez por semana na câmara municipal e, assim mesmo, após as 17h, para não comprometerem seus afazeres particulares ou atividades profissionais do seu dia-a-dia. Caso houvesse “consulta popular” para que o povo respondesse a questão, certamente a esmagadora maioria optaria pela redução do número de vereadores e pela redução de seus exorbitantes salários.”

Ibirajara Paulo dos Santos Lundero,
de Palmares do Sul (RS)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

“Senadores por Pernambuco, faça-se saber que um órgão criado pela Lei Federal 8.069/90 está sendo abandonado pelos poderes municipais, pois não é dada a condição para que o mesmo funcione num efetivo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente do Brasil, direitos estes estabelecidos nessa lei, que estabelece o acesso à saúde, à educação, ao lazer e à cidadania. Não é dada a atenção necessária para que os conselheiros tutelares da criança e do adolescente tirem o Estatuto da Criança e do Adolescente do papel, e fortaleçam a cidadania e o desenvolvimento integral do adolescente. Que possam dar condições educacionais provenientes dos poderes federal, estadual e municipal, pois é notável o número de jovens envolvidos com entorpecentes em todo o Brasil. É preciso a união entre todos os poderes para que os brasileiros tenham perspectiva de dias melhores, pois as crianças e os adolescentes são a mais rica matéria-prima do mundo.”

Webson Berto dos Santos,
de Lagoa Itaenga (PE)

CARROS

“Senadores pela Bahia, sugiro que seja feito um projeto propondo a modificação na regulamentação das propagandas veiculadas pela indústria automobilística na mídia, de forma que seja enfocada com prioridade a questão da direção segura, em vez da velocidade e da potência dos veículos.”

Antonio Araújo da Silva,
de Salvador (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Pergunte ao Senador

TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI

Rômulo Wendell, de Água Clara (MS)

Gostaria de saber por que as leis aprovadas no Senado têm que passar pela Câmara dos Deputados para serem aprovadas lá também?

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) responde:

“Meu caro Rômulo Wendell, em sua maioria, os projetos de lei devem ser apreciados tanto pelos deputados federais como pelos senadores. Assim manda a Constituição federal (veja o Título IV, Capítulo I). Um projeto originado e aprovado na Câmara é, posteriormente, remetido para o Senado. Caso os senadores aprove o projeto com alterações, ele deve retornar à Câmara para que os deputados possam aprovar ou rejeitar o novo texto. A Câmara dá a última palavra. Já um projeto de lei originado no Senado, sendo aprovado pelos senadores, é também remetido para a outra Casa. Na Câmara, sofrendo modificações, igualmente deve retornar para o Senado, que dará a última palavra sobre o seu texto. Essa é a regra geral que, eu diria a você, atinge cerca de 80% ou mais das leis.

Mas existem exceções. Há matérias que, pela Constituição federal, são exclusivas do Senado e a Câmara não pode interferir. Exemplificando: o presidente da República só pode nomear embaixadores brasileiros, representantes do Brasil perante uma nação amiga, com a aprovação do Senado. A Câmara não interfere em tais casos. Também compete privativamente ao Senado aprovar a escolha, feita pelo Presidente da República, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, dos magistrados de cortes superiores federais, do presidente e dos diretores do Banco Central. Mas, então, por que há matérias que passam por dois crivos: do Senado e da Câmara? É porque o sistema brasileiro é bicameral.

O Senado é uma Casa que aprofunda a reflexão sobre as matérias. Como, em sua maioria, os projetos de lei começam a tramitar pela Câmara, via de regra é o Senado que funciona como Casa revisora.



ROOSEVELT PINHEIRO

Frases

“Enquanto o ministro Guido Mantega não der uma explicação convincente, vou lutar contra essa ninharia.”

Edison Lobão, em protesto contra a redução dos recursos orçamentários para investimentos no Maranhão.

“A segurança energética do país depende da construção de novas hidrelétricas. Do contrário, o apagão é certo, ainda que São Pedro continue a colaborar como nos últimos anos.”

Teotonio Vilela, defendendo a construção de 62 hidrelétricas, para evitar colapso no fornecimento de energia.

“A solução se encontra no simples, no que pode ser feito sem desperdiçar recursos com estrutura pesada e ineficiente.”

Mário Calixto,

que defendeu proposta no sentido de que brasileiros que vivem no exterior sejam incentivados a adotarem uma criança carente no Brasil, enviando ajuda.



“A Paraíba está sendo lesada em seus interesses.”

Ney Suassuna, preocupado com a falta de prospecção petrolífera na Paraíba.

“O fim do voto obrigatório será uma conquista da democracia, assim como foi o direito de votar.”

Maguito Vilela, em artigo publicado no *Jornal do Senado*, em defesa do voto facultativo.

“Torná-lo facultativo significaria alijar o homem comum do processo eleitoral.”

Leonel Pavan,

em artigo publicado no *Jornal do Senado*, contrapondo-se à posição de Maguito Vilela.



“Cada vez mais, o hábito de fumar associa-se, sorratamente, ao emblema da pobreza.”

Valmir Amaral, citando dados da OMS de que, em 2003, 70% das mortes provocadas pelo tabaco são em países em desenvolvimento.

“A fumicultura é a garantia de sustento para milhares de famílias nos três estados do Sul.”

Alvaro Dias, ao criticar a assinatura pelo Brasil da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco.

Foto da Semana

Passeata reuniu em Brasília na quinta-feira cerca de 2 mil bancários, categoria que está em greve desde o dia 15.

A manifestação passou em frente ao Congresso Nacional e seguiu até a Praça dos Três Poderes.

Eles reivindicam aumento real de 17,68%. Os bancos oferecem reajuste de 8,5%. O impasse permanecia até sexta-feira (dia 24).



MOREIRA MARIZ

É hora de transpor o Rio São Francisco?

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou recentemente que o governo vai retomar o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco. A proposta de lei orçamentária para 2005 prevê R\$ 1,07 bilhão para a obra. Além disso, o Ministério da Integração Nacional já tem pronto um estudo

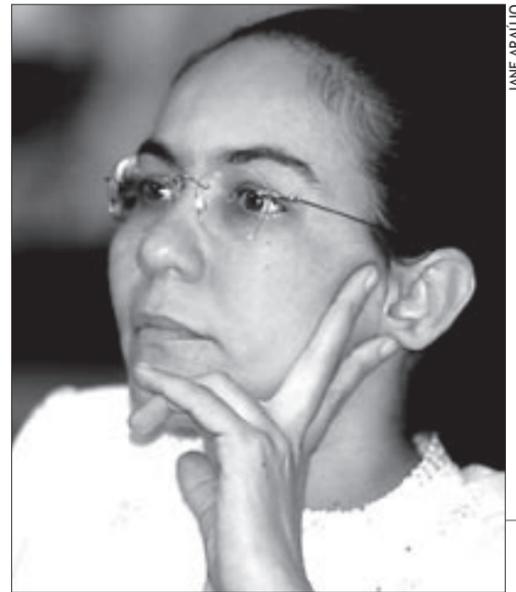
sobre o impacto ambiental da transposição, fase importante para o início das obras. O assunto, porém, é envolto em polêmica. Não é de hoje que se fala em transposição do Velho Chico. Já no século 19 o engenheiro Tristão Franklin Alencar de Lima cogitava essa idéia para levar água aos estados

nordestinos atingidos pela seca. O impacto da obra sobre a geração de energia elétrica e sobre o meio ambiente, entre outros, acabou adiando a execução do projeto, que agora o governo Lula quer retomar. Nesta edição, as senadoras Heloísa Helena (PSOL-AL) e Patrícia Saboya (PPS-CE) debatem o tema.



PATRÍCIA SABOYA

"A iniciativa de destinar R\$ 1,07 bilhão para o projeto faz antever que governo e sociedade caminharão juntos no empreendimento"



HELOÍSA HELENA

"É importante que se faça uma moratória no debate da transposição e que se promovam todos os investimentos necessários para garantir a revitalização em cinco anos"

SIM

Um só empreendimento beneficiará mais de 9 milhões de pessoas

O envio ao Congresso Nacional da proposta orçamentária para 2005 mostra a prioridade do governo para a solução de uma das maiores questões do Nordeste semi-árido: o reforço hídrico das bacias dos rios intermitentes de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que não dispõem, ao contrário dos demais, de uma oferta de água perene. Na área contemplada pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, vivem mais de 9 milhões de pessoas, população gigantesca a ser beneficiada por um único empreendimento. Eis o seu verdadeiro sentido estratégico, pois alimentará os rios e os principais açudes daqueles estados. É deles que saem as grandes adutoras que abastecem pequenas comunidades do sertão e também grandes cidades como Fortaleza, Mossoró (RN), Campina Grande (PB) e Caruaru (PE).

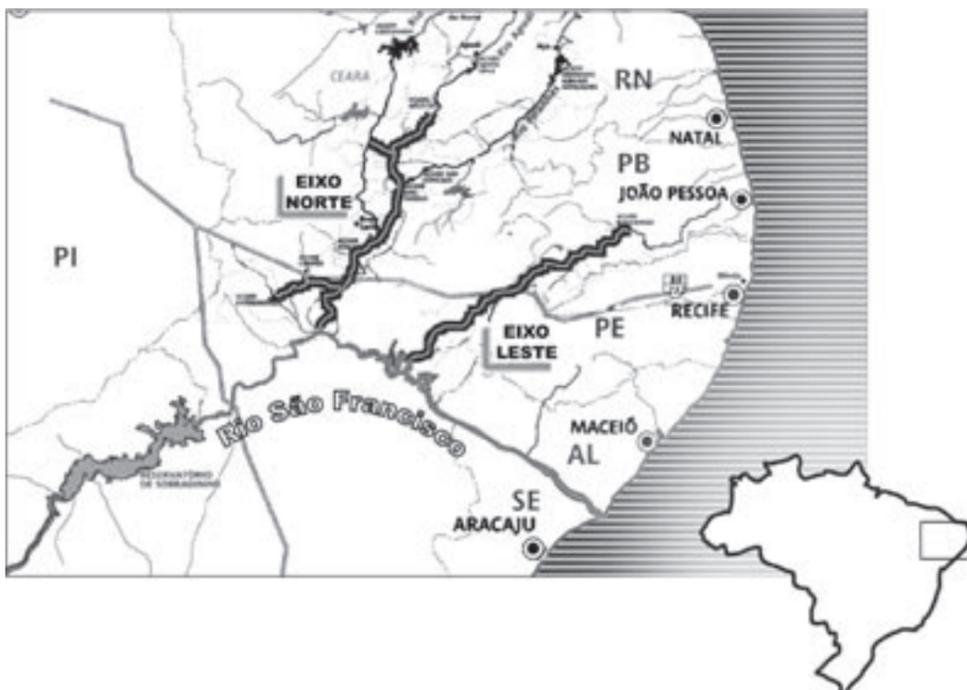
O presidente Lula, um retirante da seca, percebeu a relevância do empreendimento, que garantirá água para a área mais seca do Nordeste e ainda viabilizará o desenvolvimento do campo, gerando alimentos nas várzeas banhadas pelos rios e açudes.

As críticas de que o rio não pode doar menos de 3% de suas águas não procedem. Recém-aprovado pelo Comitê da Bacia, o plano do São Francisco revela que apenas 5% de suas águas são consumidas: 95% delas vão para o mar. Durante as próximas décadas, o rio terá pujança para abastecer todos os nordestinos, configurando o seu papel de rio da integração nacional. O projeto une os nordestinos, não

os separa, como muitos pensam. Quanto mais nós partilharmos dele, maior será o nosso poder político para garantir os recursos para a sua revitalização, cujas ações, aliás, já começaram.

A iniciativa governamental de destinar, em 2005, R\$ 1,07 bilhão para o projeto faz antever que, desta vez, governo e sociedade caminharão juntos no empreendimento, cuidando para que as ações sejam planejadas a fim de minimizar alguns impactos que grandes obras acarretam e maximizar seus benefícios. O bem-estar e o progresso a serem gerados extravasarão para todo o Nordeste, pois haverá maior poder de consumo dos produtos gerados no próprio Vale do São Francisco, como os grãos produzidos nos cerrados baianos, e também nas indústrias do litoral.

"Lula, um retirante da seca, percebeu a relevância da transposição"



NÃO

Urgente é o saneamento básico em mais de 600 municípios do vale

A transposição do Rio São Francisco tem sido motivo de debate há muito tempo na história do país e já teve a oportunidade de várias vezes discuti-lo no Senado, desde o governo Fernando Henrique Cardoso. É evidente que todos sabemos que existem experiências importantes de transposição de águas. Isso já ocorreu aqui mesmo, no Brasil — em projetos menores —, e em vários países.

Portanto, não existe nenhuma inovação em relação ao tema, assim como não existe nenhuma idéia fixa contra a transposição de águas. Mas quem conhece o São Francisco sabe o impacto ambiental gravíssimo de que ele tem sido vítima. Em vez de falar em transposição das águas, devia-se primeiro cuidar do rio, para que ele não morra

e seja aproveitado pela atual geração e pelas gerações futuras do Brasil.

Os 2.700km de extensão de curso d'água, fora os 690km² de sua bacia hidrográfica, podem ser aproveitados de outra forma. Por isso, é importante que se faça uma moratória no debate da transposição e que se promovam todos os investimentos necessários para garantir a revitalização do rio em

"Em vez de um projeto faraônico, que se garanta a recuperação do rio"

cinco anos, no mínimo, para que, após cuidadosa análise técnica, possamos trazer o debate da transposição.

Em vez de se fazer um novo projeto faraônico — que vai significar dinheiro no bolso de empreiteiras e dos seus serviços da

política —, que se faça um grande projeto de revitalização do Velho Chico. Isso significa regularização da vazão

do rio para garantir a sua vitalidade orgânica e a sobrevivência de milhares de pescadores artesanais. Significa uma política operacional para a geração de energia na bacia hidrográfica e para conter a devastação florestal promovida tanto pela agricultura itinerante como pela produção de carvão vegetal, que têm gerado grande agressão às nascentes. Significa também a recomposição das matas ciliares, o controle do desbarrancamento, o desassoreamento e a perenização dos afluentes do semi-árido.

Se existe o desejo de realizar um grande projeto, sugiro o saneamento básico para mais de 600 municípios do Vale do São Francisco, que jogam *in natura* seus dejetos diretamente no rio ou em seus afluentes, gerando uma poluição sem limites.

Eleições municipais em debate na Rádio Senado

Neste domingo, 3 de outubro, cerca de 119 milhões de eleitores vão às urnas para escolher os prefeitos e vereadores dos 5.563 municípios brasileiros. Aproveitando a ocasião, o programa *Conexão Senado*, que será apresentado ao meio-dia desta segunda-feira, dia 28, pela Rádio Senado, aborda aspectos do processo eleitoral.

O programa discutirá a proposta de unificação das eleições e o voto obrigatório, além da campanha pelo voto cidadão, iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara que busca evitar a compra de votos e incentivar o cidadão a denunciar essa prática.

Foram convidados o senador Sibá Machado (PT-AC), o deputado Orlando Fantazzini (PT-SP) e o então ministro e relator das ins-

truções do TSE para as eleições de 2004, Fernando Neves. Participam ainda o consultor do Senado Arlindo Fernandes e um representante do Instituto Transparência Brasil, organização sem fins lucrativos voltada para o combate à corrupção. O ouvinte também poderá participar do programa por meio do e-mail conexão@senado.gov.br, do telefone 311-1182, ou do fax 311-2777.

A Rádio Senado preparou ainda uma série de reportagens sobre projetos importantes em debate na Casa. Elas vão ao ar nas três edições do *Senado Notícias* - às 8h, 14h10 e 22h.

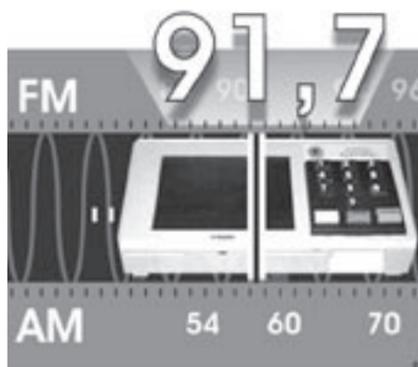
O trabalho da Comissão das Terras Indígenas, que deve propor uma nova política indigenista, será o tema desta segunda e terça-feira. Na quarta, o programa tratará da decisão do TSE de reduzir mais de 8 mil vagas de

vereadores no país. Na quinta e sexta-feira será discutida a utilização de embriões nas pesquisas científicas e a possibilidade de usar sementes transgênicas no plantio da próxima safra.

Na programação musical, o destaque da semana é *Música do Brasil*, que traz duetos de intérpretes famosos, como Cauby Peixoto e Jorge Ben, Carmen Miranda e Luis Barbosa. O programa vai ao ar neste sábado, às 16h, com reprise no domingo, às 11h.

TV Senado discute o ensino da literatura

Entre os destaques da TV Senado para o fim de semana está o *Conversa de Música*, com transmissão na sexta, às 21h30, e



no sábado, às 14h30. O programa tem como convidados o violinista Patrick de Jongh e o violonista Fabiano Borges.

O *Leituras* - sábado, às 9h30 e 20h, e domingo, às 20h30 - recebe o professor e escritor Douglas Tufanom. Ele discute a maneira como a literatura vem sendo ensinada nas escolas e dá sua visão sobre a deficiência no sistema educacional.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Música
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Música
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Música
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Música
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

LIVROS

A Amazônia vista por Euclides da Cunha

MÁRCIO TANCREDI

Em 1905, por nomeação do Barão do Rio Branco, o engenheiro Euclides da Cunha, já escritor famoso e membro da Academia Brasileira de Letras, chefiou a comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus, como parte do esforço diplomático de estabelecimento das fronteiras na Amazônia Ocidental. O resultado da expedição, do ponto de vista técnico, foi o levantamento geográfico da região, que embasaria, posteriormente, o acordo de fronteiras.

Do ponto de vista literário, a viagem resultou numa obra impressionante. *Um Paraíso Perdido - Ensaios Amazônicos*, seleção de textos euclidianos feita por Hildon Rocha para a Coleção Brasil 500 Anos, do Senado, traça - no estilo incandescente do autor de *Os Sertões* - o esboço da terra, das águas e da alma amazônica, assim como a saga do cauchero do Acre, o nordestino que fechou, com sangue e látex, o ciclo de formação do território nacional.

Os textos estão divididos em duas partes. A primeira delas, "Amazônia, Terra sem História", a mais interessante, contém o ensaio *Brasileiro*, obra-prima que narra, num exercício magistral de alteridade, a visão peruana da disputa. O esforço de ocupação da selva, por parte de uma civilização marcadamente andina e litorânea, e a



Em missão oficial no Alto Purus, Euclides da Cunha revela a alma amazônica

perplexidade com que o governo de Lima reage aos invasores brasileiros, infiltrados até quase às portas de Cuzco. Em "Rio Purus e outros Estudos", segunda parte do volume, destacam-se *A Viagem*, relato da expedição, e o prefácio a *O Inferno Verde*, de Alberto Rangel, publicado em 1907.

A leitura de *Um Paraíso Perdido* será, também para nós, uma experiência de perplexidade. A pena de Euclides ainda é capaz - quase 100 anos da primeira publicação - de demonstrar o quanto a região é um lugar mítico e, em decorrência, um lugar de desconhecido. Paraíso e Inferno, livro e terra bem se merecem, imensos e desiguais, no desvelar daquilo que é, segundo o próprio autor, "a última página, ainda a escrever-se, do Gênese".

Márcio Tancredi é consultor legislativo do Senado. *Um Paraíso Perdido - Ensaios Amazônicos* custa R\$ 20 e pode ser adquirido pelo endereço livros@senado.gov.br ou pelo telefone 0800612211

ESPECIAL

Feira Pan-Amazônica consolida-se em Belém

A VIII Feira Pan-Amazônica do Livro, realizada em Belém no período de 17 a 26 de setembro, consolidou-se em sua edição deste ano como um dos cinco principais eventos literários do país. Segundo a Secretaria Executiva de Cultura do governo do Pará, o número de visitantes ultrapassou 300 mil pessoas. Nos dez dias de feira, o estande do Senado comercializou perto de 2 mil publicações.

Dessa vez, a Feira Pan-Amazônica apresentou uma surpresa. A Constituição federal atualizada costuma ser o título mais vendido pelo Senado nos eventos literários dos quais participa. Em Belém, esse resultado não se repetiu. O livro *Fundação de Belém do Pará - Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616*, de autoria de Ribeiro do Amaral, superou por pouco a edição da Constituição.

Outro livro lançado pelo Senado, *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, de Antonio Ladislau Monteiro Baena, também teve bom volume de vendas. O terceiro título editado pelo Senado e apresentado ao público brasileiro pela primeira

vez em Belém, *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, do inglês Alfred Russel Wallace, mereceu matéria assinada pelo secretário de Comunicação Social do governo, Nélio Palheta. O governador do estado, Simão Jatene, visitou duas vezes o espaço reservado ao Senado na feira. O ex-senador e ex-governador Almir Gabriel participou de um lançamento de livros.

Na noite de abertura, o sena-



Papaléo Paes (à esquerda) representou o Legislativo federal na abertura da feira

dor Papaléo Paes (PMDB-AP), além de recepcionar o governador, representou o Legislativo federal na mesa de autoridades formada para a inauguração do evento. Na sexta-feira, ao lado do coordenador da Comissão das Feiras do Livro do Senado, Júlio Werner Pedrosa, e do presidente do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Madruga, ele comandou a entrega de publicações em braile.

Seminário sobre o Parlamento terá nova edição

O ciclo de palestras "O Parlamento Brasileiro - Passado, Presente e Futuro" deverá ser reeditado em 2005, anunciou na terça-feira (21) o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg. A partir do próximo ano, o evento será realizado duas vezes por ano, uma a cada semestre.

A renovação do ciclo foi decidida a partir do sucesso do primeiro evento, que contou com 1.100 inscritos, somados

os participantes no auditório do Interlegis, em Brasília, e em 24 assembleias legislativas interligadas por meio da comunidade virtual do Legislativo. O primeiro ciclo ajudou a aproximar o Legislativo de jovens jornalistas e estudantes de Comunicação, Ciência Política, História e Relações Internacionais.

- Durante o debate final, houve a possibilidade de apresentação de críticas objetivas e de outras absurdas, fruto do preconceito

- relatou Rollemberg.

De acordo com o diretor, o Senado e a Câmara acertaram ao solicitar a participação de seus próprios consultores na elaboração dos conteúdos das palestras. O único convidado de fora foi o cientista político David Fleischer, professor da Universidade de Brasília (UnB). Rollemberg destacou ainda a participação dos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha, e do Senado, José Sarney.

Conheça o Senado

Biblioteca reúne 550 mil volumes

Está cada vez mais fácil conhecer a Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, do Senado Federal. Basta acessar o site da Casa e clicar primeiro na opção *Biblioteca*, depois em *Conheça a Biblioteca*, e então escolher entre as opções disponíveis. Clicando em *Histórico*, o usuário encontra uma síntese dos principais fatos que marcaram a história da biblioteca, desde sua criação, ainda no século 19. O acervo, especializado em Ciências Sociais, é um dos maiores da América Latina, e tem aproximadamente 550 mil

volumes, a maioria em Direito (60%) e Ciência Política.

Na opção *Planta*, posicione o ponteiro do mouse sobre o desenho da planta baixa do prédio e conheça os diferentes ambientes que acolhem a coleção de livros. São 3.600 títulos de periódicos raros (revistas e jornais, entre eles a *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1808), 2,7 milhões de recortes de jornais e 4 mil obras raras, sem contar as coleções de referências (dicionários e enciclopédias), as especiais (os multimeios, a Biblioteca Digital e os microfiches), a coleção Luiz

Viana Filho e, por fim, a de Depósito Legal, que armazena os livros editados pelo Senado.

A obra mais antiga da coleção, o *Novus Orbis Descriptio Indiae Accidentalibus*, de Joannes Laet, data de 1633. Livros como a *Constituição Política do Império do Brasil*, de 1824, *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e a *Constituição da República*, de 1891, em suas primeiras edições, também estão disponíveis no catálogo da Casa.

Para encontrar esses e outros volumes, deve-se clicar em *Biblioteca Virtual*. E para quem não está familiarizado com as tecnologias de acesso a banco de dados, está disponível o *Manual de Pesquisa*, que mostra passo



Uma das maiores da América Latina, a Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho oferece ao usuário o acesso a 4 mil obras raras

a passo as ferramentas do site. As ilustrações ajudarão o pesquisador a encontrar as obras de interesse.

Clicando sobre a opção *Visão Panorâmica*, o usuário poderá

visualizar o saguão de entrada da Biblioteca em uma imagem que gira 360°.

Site oficial do Senado Federal: www.senado.gov.br

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio L. G. da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do

Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valtter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Esclareça suas dúvidas sobre as eleições

Neste domingo, dia 3 de outubro, 119,82 milhões de eleitores deverão ir às urnas para votar. Candidatos a prefeitos e vereadores disputam 62.874 cargos eletivos nos 5.563 municípios brasileiros.

Os números envolvidos nesta eleição indicam o maior pleito informatizado do mundo. São

406 mil urnas eletrônicas para 359.326 seções eleitorais. Todas elas também funcionarão como postos para justificativa dos eleitores que estiverem fora de suas cidades no dia da votação.

O Brasil tem 121.391.630 eleitores, mas nem todos participarão este ano. Os eleitores do Distrito Federal, de Fernando

de Noronha e os residentes no exterior não votam neste pleito. O DF não tem prefeitura nem câmara municipal, e Fernando de Noronha é dirigido por um administrador nomeado pelo governo de Pernambuco.

Em 68 municípios, caso nenhum dos candidatos a prefeito obtenha 50% mais um dos votos

válidos, haverá segundo turno, marcado para o último domingo de outubro, dia 31. Nesse caso, concorrerão os dois candidatos mais bem votados no primeiro turno. A condição para o município ter segundo turno é contar com mais de 200 mil eleitores aptos para o pleito.

Nesta edição, o *Especial Ci-*

dadania esclarece algumas das principais dúvidas sobre as eleições. Os eleitores que não votarem ou não justificarem sua ausência poderão ser penalizados. Em caso de dúvidas, entre em contato com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do seu estado. A votação se estenderá das 8h às 17h.



As questões mais frequentes

Quem é obrigado a votar e para quem o voto é facultativo?

Os alfabetizados maiores de 18 e menores de 70 anos são, por lei, obrigados a votar. O voto não é obrigatório para os analfabetos, os maiores de 70 anos, nem para os maiores de 16 e menores de 18 anos. Quando o eleitor completa 18 anos, o voto passa a ser obrigatório.

E os eleitores que, em razão de alguma deficiência física, se vêem impossibilitados de votar?

Recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) permitiu que as pessoas portadoras de deficiência física grave requiriam a um juiz eleitoral uma certidão de quitação eleitoral.

Quem deve justificar a ausência?

O eleitor que estiver ausente de seu domicílio eleitoral, que estiver doente ou impossibilitado de comparecer à seção eleitoral deve justificar sua ausência na votação. Os cartórios eleitorais já estão disponibilizando gratuitamente o formulário de requerimento de justificativa. O eleitor deve preenchê-lo e entregá-lo no dia da eleição em qualquer local de votação. Se o eleitor não formalizar a justificativa no dia da eleição, deverá comparecer ao cartório eleitoral no prazo de 60 dias a contar da data da eleição, munido dos documentos que comprovem o motivo da ausência.

O que acontece se o eleitor não justificar?

Se o eleitor não votar nem se justificar, terá que pagar uma multa, cujo valor será definido por um juiz eleitoral. Sem a prova de que votou, de que pagou multa ou de que se justificou, o eleitor fica impedido de se inscrever em concurso público, obter

passaporte ou carteira de identidade, entre outras penalidades. Se o eleitor deixar de votar em três eleições consecutivas, seu título será cancelado.

Quem não votou no primeiro turno pode votar no segundo?

Sim. São eleições distintas. Se o eleitor não votar em qualquer um dos turnos, deve justificar a ausência.

Que documentos são necessários para poder votar?

O título eleitoral. Em caso de perda, o eleitor poderá votar com a carteira de identidade, desde que saiba o número da seção eleitoral. O nome do eleitor deve constar na pasta de votação. Caso contrário, ele não poderá votar.

Como o eleitor fica sabendo do local de votação?

Se não foi pedida alteração de endereço e de zona eleitoral ou não houve rezonamento, o eleitor deve votar no mesmo local onde votou nas últimas eleições. Em caso de dúvida, é só conferir o número da zona e da seção eleitoral no título de eleitor ou ligar para o cartório da zona eleitoral em que está inscrito para saber onde votar.

Quem tem prioridade na hora da votação?

Eleitores com mais de 65 anos, enfermos, deficientes físicos, mulheres grávidas e lactantes, candidatos, juízes e seus auxiliares de serviço, promotores públicos e funcionários quando a serviço da Justiça Eleitoral, policiais em serviço, fiscais e delegados de partidos.

O eleitor poderá usar uma "cola" na hora do voto?

As "colas" são incentivadas pelo TSE por diminuírem o tempo dos eleitores na

cabine de votação. Os eleitores poderão levar, inclusive, propagandas impressas e "santinhos". Porém, não poderão entrar nas seções eleitorais com celulares ligados, walkie-talkies ou aparelhos semelhantes.

Quais tipos de propaganda partidária ou eleitoral são proibidos no dia da eleição?

Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção ou prestação de serviços à comunidade, além de multa, o uso de alto-falantes e amplificadores de som, a promoção de comícios ou carreatas e a boca-de-urna.

Como se caracteriza a boca-de-urna?

Pela distribuição, no dia da eleição, de material de propaganda política, inclusive folhetos e outros impressos, e pela prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor.

O que é permitido ao eleitor vestir ou carregar na hora de votar?

O eleitor poderá votar usando bôtons, adesivos e camisetas do partido ou do candidato que apóia. Bandeiras também são permitidas, desde que estejam enroladas.

Quem tem direito a transporte gratuito no dia das eleições?

Os eleitores das zonas rurais, distantes pelo menos dois quilômetros do local de votação. O transporte será feito em veículos e embarcações do governo ou cedidos por ele.

Eleitores podem aceitar transporte ou refeição de candidatos ou partidos no dia das eleições?

Não. É expressamente proibido aos candidatos, órgãos partidários ou a qualquer pessoa o fornecimento de transporte ou alimentação aos eleitores.

Informações

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Tel.: (61) 316-3000 - www.tse.gov.br

TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS (TREs)

Acre

Tel.: (68) 212-4400 - www.tre-ac.gov.br

Alagoas

Tel.: (82) 336-3230 - www.tre-al.gov.br

Amazonas

Tel.: (92) 611-3638 - www.tre-am.gov.br
denuncia@tre-am.gov.br

Amapá

Tel.: (96) 214-1722 e 214-1723
www.tre-ap.gov.br

Bahia

Tel.: (71) 373-7000 - www.tre-ba.gov.br

Ceará

Tel.: (85) 455-2300 - www.tre-ce.gov.br

Distrito Federal

Tel.: (61) 441-1000 - www.tre-df.gov.br

Espírito Santo

Tel.: (27) 3335-9500 - www.tre-es.gov.br

Goiás

Tel.: (62) 213-1511 - www.tre-go.gov.br

Maranhão

Tel.: (98) 214-8888 - www.tre-ma.gov.br

Mato Grosso

Tels.: (65) 648-8000 e 648-8199
www.tre-mt.gov.br

Mato Grosso do Sul

Tels.: (67) 326-4141 e 326-4166
Disque-denúncia: 0800 647-1490
www.tre-ms.gov.br

Minas Gerais

Tel.: (31) 3298-1100 - www.tre-mg.gov.br
Disque-eleitor: (31) 3271-4500

Pará

Tel.: (91) 213-4600 - www.tre-pa.gov.br

Paraíba

Tel.: (83) 214-1200 - www.tre-pb.gov.br

Paraná

Tel.: (41) 330-8500 - www.tre-pr.gov.br

Pernambuco

Tel.: (81) 3423-3377 - www.tre-pe.gov.br

Piauí

Tel.: (86) 221-2121 - www.tre-pi.gov.br

Rio de Janeiro

Tel.: (21) 3861-3141 - www.tre-rj.gov.br

Rio Grande do Norte

Tel.: (84) 215-1800 - www.tre-rn.gov.br

Rio Grande do Sul

Tel.: (51) 3216-9444 - www.tre-rs.gov.br
Central do eleitor: (51) 3230-9600

Rondônia

Tel.: (69) 211-2000 - www.tre-ro.gov.br

Roraima

Tel.: (95) 623-2949 - www.tre-rr.gov.br

Santa Catarina

Tel.: (48) 251-3700 - www.tre-sc.gov.br

São Paulo

Tel.: (11) 3242-1588 - www.tre-sp.gov.br
Central do eleitor: (11) 3277-1033

Sergipe

Tel.: (79) 216-8600 - www.tre-se.gov.br

Tocantins

Tel.: (63) 218-6401 - www.tre-to.gov.br
Linha do eleitor: 0800 707-6510

Como votar?

O eleitor vai votar duas vezes nas próximas eleições municipais. Primeiro para o cargo de prefeito e depois para vereador. Não há limite de tempo para o eleitor operar a urna eletrônica na cabine de votação. E, tendo dificuldades, poderá solicitar ao mesário esclarecimentos quanto aos procedimentos de votação. O voto, no entanto, deverá ser secreto.

Se não se lembrar do número de seu candidato, o eleitor poderá consultar uma lista afixada na seção

eleitoral contendo os nomes e números dos candidatos. Desejando votar apenas na legenda, o eleitor deverá digitar somente o código do partido (dois dígitos) e apertar a tecla "confirmar"; porém, o voto de legenda só valerá para vereadores. Se digitar errado o número de seu candidato, o eleitor poderá cancelar a operação e recomençar o processo. Para votar em branco, o eleitor deverá apertar a tecla branca e, em seguida, a tecla verde para confirmar. O voto poderá ser anulado nos seguintes casos:

quando dado a candidatos inelegíveis, a candidatos não registrados ou quando o eleitor confirmar um número inexistente de candidato ou partido.

Na hora de votar, o eleitor deve digitar o número do candidato de sua preferência. Na tela, aparecerão a foto, o número, o nome e a sigla do partido do candidato. Se as informações estiverem corretas, aperte a tecla verde para confirmar. A cada voto confirmado, a urna emitirá um rápido sinal sonoro.



A tela mostrará os dados do candidato escolhido. Se estiverem corretos, o eleitor apertará a tecla verde